



# Anais da Assembléia

DA.119

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 21 DE OUTUBRO DE 1986

ANO XII

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 103.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 1986

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e José Antônio Fonseca.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtom Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zannusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57). Achando-se em licença o Senhor Deputado Edmar Luiz Costa.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Mensagem: 252/86

MENSAGEM N. 138/86

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa

Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação dos dispositivos que especifica, da Lei n. 1943, de 23 de junho de 1954 (Código da Polícia Militar do Estado do Paraná).

A proposição ora encaminhada a essa Augusta Casa de Leis decorre de recomendação da Inspetoria Geral das Polícias Militares, Órgão do Estado Maior do Ministério do Exército, formulada com amparo no Decreto-Lei Federal n. 667, de 2 de julho de 1969, alterado pelo de n. 2.010, de 12 de janeiro de 1983, e regulamentação constante do Decreto n. 88.777, de 30 de setembro deste mesmo ano.

As modificações consubstanciadas no plano de lei em causa, visam basicamente a adaptação de normas da Legislação Estadual aos mandamentos contidos na Legislação Federal reorganizadora das Polícias Militares dos Estados, mormente no que respeita à definição das funções policiais - militares e restrições para os seus integrantes quando no exercício de cargos ou funções de natureza civil.

Por outro lado, apresentando maior detalhamento em torno do assunto, é anexada cópia autêntica do Ofício n. 038-IGPM/1-84, da Inspetoria Geral das Polícias Militares.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS  
Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI 252/86

Art. 1.<sup>o</sup> - O art. 282, a letra "g" e o § 2.<sup>o</sup> do art. 283, da Lei n. 1943, de 23 de junho de 1954 e suas alterações passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 282 - Agregação é a situação de inatividade temporária do policial-militar que, embora pertença aos quadros da ativa, não é computado na respectiva escala numérica do almanaque militar do pessoal da Corporação."

"Art. 283 - ...

g. Desempenho de cargo ou função de natureza civil;

§ 1.<sup>o</sup> - ...

§ 2.<sup>o</sup> - O Oficial que agregar, em conseqüência do que dispõem, as letras "a, e, f, g e h", deixa vaga no respectivo quadro."

Art. 2.<sup>o</sup> - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a

disposições em contrário.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO  
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO  
INSPETORIA-GERAL DAS POLÍCIAS MILITARES

Brasília, DF, 29 de junho de 1984.  
Of. n. 038.IGPM/1

CIRCULAR

Do Inspetor-Geral das Polícias Militares

Ao Sr. Comandante-Geral da Polícia Militar do PARANÁ

ASSUNTO: Arregimentação no âmbito das PM/CBM - DIRETRIZES (Remete)

1 - Remeto-vos as DIRETRIZES desta Inspetoria-Geral, estabelecendo as funções e situações consideradas como arregimentadas no âmbito das PM/CBM para a orientação desse Comando-Geral na organização dos quadros de acesso e cumprimento deste requisito imposto pelas respectivas leis de promoções.

2 - O documento acima mencionado tem por objetivos, homogeneizar o conceito de arregimentação, regular as situações e funções que atendem a este requisito, corrigir distorções e facilitar os trabalhos das Comissões de Promoções, devendo, portanto, essa Corporação, ajustar a sua legislação, de modo ao cabal cumprimento da presente determinação.

Gen. Div. LUIZ DA SILVA VASCONCELLOS  
IGPM

Por delegação:

LOURIVAL LEBRE PEREIRA - Cel.  
Subinspetor/IGPM

DIRETRIZES ESTABELECIDO FUNÇÕES  
E SITUAÇÕES CONSIDERADAS COMO  
ARREGIMENTADAS NO ÂMBITO DAS POLÍCIAS  
MILITARES E CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES

1 - Tem sido constatado, através de consultas e mesmo em observações pessoais, que pairam dúvidas, ou não são homogêneos os conceitos de serviço arregimentado pelas PM/CBM, por ocasião do exame dos requisitos exigidos pelas leis de promoções, necessários à organização dos respectivos quadros de acesso.

2 - Este fato tem ocasionado interpretações das mais diversas, umas rígidas, outras flexíveis, pelos respectivos comandantes, motivando frustrações ou benefícios descabidos, com reflexos negativos à hierarquia e à disciplina.

3 - Verifica-se em algumas PM/CBM maior incidência de oficiais e de praças prestando serviços em órgãos estranhos à Corporação, sobrecarregando o pessoal que permanece na "Força" e necessitando de um período mínimo no desempenho de funções na atividade-fim, para se habilitar ao acesso

ao posto imediatamente superior.

4 - A condição de tempo de arregimentação exigida por lei para que o policial militar concorra à promoção ao posto imediatamente superior, a exemplo do que ocorre no Exército, tem por objetivo dar ao militar um tempo mínimo de exercício das funções policiais-militares, que realizam a atividade-fim da Corporação, tornando-se experimentados, profissionalmente, nas atividades para as quais foram formados e habilitando-os ao ascenso na escala hierárquica de cargos e funções.

5 - O Excelentíssimo Senhor Ministro do Exército, em Portaria n. 1251, de 26 de novembro de 1981, regulou as funções e situações consideradas arregimentadas no âmbito do Exército. Por analogia e guardadas as devidas proporções e adaptações, esta IGPM estabelece como arregimentado o tempo de serviço passado no exercício das seguintes funções policiais-militares:

a. em OPM (OBM) consideradas como Unidade de Tropa (Órgãos de Execução);

b. em estabelecimentos policiais-militares de ensino, exceto como aluno;

c. nas seções e subseções de Operações e na Seção de Ensino de Operações de Órgãos de Serviço Nacional de Informação;

d. nas Seções de Operações de Informações e de Contra-Informação do Centro de Informações do Exército, dos Exércitos, das Regiões Militares e dos Comandos Militares de Áreas;

e. nos Serviços de Segurança da Presidência da República, Vice-Presidência da República, do Governador e Vice-Governador do Estado;

f. em quaisquer OPM (OBM), pelos Oficiais do Quadro de Oficiais de Saúde (QOS), do Quadro de Oficiais Especialistas (QOE) e do Quadro de Oficiais de Administração (QOA), nas funções técnicas de suas respectivas especialidades;

g. em Órgãos de Direção Geral, como elementos de Supervisão e Coordenação Geral: Comandante-Geral e Estado-Maior (1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª e 6.ª Seção), Portaria 075-EME, de 06 de outubro de 1975).

6 - Outrossim, esta IGPM estabelece que o tempo de serviço arregimentado nas funções e situações acima discriminadas, será computado para efeito de satisfação de requisito para ingresso em quadro de acesso e demais exigências de arregimentação, não sendo considerado para efeito de remuneração.

7 - Isto posto, esta IGPM considera regulado o assunto arregimentação, requisito indispensável às promoções para os postos e graduações, revogando-se todas as disposições contrárias e constituindo-se no documento hábil para que as PM/CBM ajustem seus respectivos dispositivos legais.

Brasília, DF, 28 de junho de 1984.

(a) GEN. DIV. LUIZ DA SILVA VASCONCELLOS  
IGPM

À Diretoria Legislativa.

## Requerimentos:

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de Redação Final, para o Projeto de Lei n. 86/86, de autoria deste Deputado, que isenta da contribuição do IPE, os servidores inativos filiados ao Instituto.

Sala das Sessões, em 21/10/86.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário voto de profundo pesar, pelo falecimento da Senhora Filomena Monaro Zanusso, mãe do Senhor Deputado Basílio Zanusso, ocorrido no último dia 14 de Outubro de 1986.

Sala das Sessões, em 21/10/86.

(a) ORLANDO PESSUTI.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor José de Paula, ocorrido no último dia 09 de outubro, na cidade de Cândido de Abreu.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência aos familiares do extinto, através do Vereador Dorli Lemes Machado, à Av. Visconde C. Laguiche s/n.

Sala das Sessões, em 21/10/86.

(a) ORLANDO PESSUTI.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Nivaldo Barão, ocorrido nesta Capital.

Tal passamento vem consternar a sociedade, face aos dotes morais do extinto.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, à Rua Professor Brasília Ovídio da Costa n.350 - Vila Izabel.

Sala das Sessões, em 21/10/86.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado em Ata, um voto de profundo pesar pelo falecimento de Ângelo Spricigo, ocorrido na cidade de Marumbi. Faleceu aos 88 anos de idade, deixando viúva Dona Angelina Baio Spricigo, vários filhos, netos e bisnetos e grande círculo de amizade.

Pioneiro em Marumbi, participou de várias atividades no município, tendo um de seus filhos sido Vereador e Vice-Prefeito da cidade.

Da aprovação, REQUER, seja dado ciência à família enlutada na pessoa da Senhora Angelina Baio Spricigo, residente à Rua Rui Barbosa, s/n, em Marumbi.

Sala das Sessões, em 21/10/86.

(a) GILBERTO CARVALHO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER a Mesa, ouvido o Plenário, que seja inscrito nos Anais desta sessão, um voto de congratulações à Ordem Rosacruz - AMORC, pela realização da sua XI Convenção Nacional, dos dias 22 a 26 de outubro de 1986, em Curitiba, dando-se ciência deste ao Doutor Charles Vega Parucker, grão-Mestre da Grande Loja do Brasil da Ordem Rosacruz, à Rua Nicarágua, 2620, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 21/10/86.

(a) ANIBAL KHURY.

## JUSTIFICATIVA:

A Ordem Rosacruz - AMORC é uma fraternidade de homens e mulheres voltados para o estudo das leis sobre a vida e o auto-aperfeiçoamento, que funciona em praticamente todos os países. A sua organização brasileira e para os países de língua portuguesa tem sede em Curitiba.

A XI Convenção Nacional Rosacruz será realizada no Teatro Guaíra, reunindo mais de 2.500 participantes, para o exame de temas filosóficos, históricos e da prática mística dessa organização voltada para o humanitarismo e a prática do bem.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados, José Antônio Fonseca e Sérgio Spada, ao final assinados, no desempenho de seus mandatos parlamentares, de acordo com as suas prerrogativas constitucionais e amparo regimental, REQUEREM de Vossa Excelência, após manifestação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Desenvolvimento Urbano,

e, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, pedindo-lhes a viabilização imediata de posição governamental no sentido da reabertura urgente do trecho da "Estrada do Colono" que passa por dentro do Parque Nacional Iguaçu, atualmente interditada por determinação de juízo da Justiça Federal.

Sala das Sessões, em 21/10/86.

(aa) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA e  
SÉRGIO SPADA.

#### JUSTIFICATIVA:

1. - Em que pese a força coercitiva dos decisórios judiciais em benefício da submissão impessoal à LEI como forma de viver-se pelo império do ESTADO DE DIREITO, sobre a determinação da Justiça Federal que mandou fechar a "Estrada do Colono", por interdição ao trecho que atravessa o Parque Nacional do Iguaçu, em ação judicial objetivando "preservação ecológica", há que opor-se, na via do expediente suasório entre os Poderes do Estado, as seguintes ponderações:

a) - Colocar-se os interesses públicos IMODIFICÁVEIS de mais de cem (100) Municípios da fronteira brasileira com os países do Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia, abaixo de argumentação improvada de "ecologistas", é a mesma coisa que subjugar-se o BOM SENSO à fantasia dos romancistas. Pois, a finalidade da CIÊNCIA, é adequar a REALIDADE EXISTENCIAL às evidências que denunciem a desarmonia entre o curso da vida humana e o Planeta. Daí, quando, em nome da ciência, busca-se o conflito sem causa direcionado contra a PAZ, o ESTADO tem a obrigação de restabelecer o "status quo ante", como SENHOR do processo biológico nacional.

b) É princípio universal da ciência jurídica, que a jurisdição não se opera sobre interesses em tese. No caso da interdição judicial da "Estrada do Colono", temos uma alegação de interesse público ACADÊMICO, flutuando sobre conjeturas ecológicas, contra o interesse público nacional IMODIFICÁVEL, alicerçado sobre o ZELO DA NAÇÃO pela preservação da Natureza, bem evidenciado pela própria reserva ecológica que agora serve aos interesses tumultuários que agitam a vida do País, em todos os seus quadrantes, desde as "greves generalizadas", até onde haja um fato hipotético que possa merecer configuração judicial.

c) - A decisão judicial padece de parcialidade, não por abuso de poder do Juízo, mas sim, por dolo da parte promovente. Eis que, a mesma reserva ecológica objeto dessa interdição, é cortada por uma estrada de turismo que liga a de Foz do Iguaçu, às Cataratas do Rio Iguaçu; e ainda, é ocupada ali, por um hotel; largo e opulen-

to canteiro de obra humana adentra, pois, o Parque Nacional do Iguaçu, naquele trecho. Por isso, a prevalecer a interdição da via nacional de fronteira, que serve o Brasil, do Estado do Rio Grande do Sul ao território de Roraima, fatalmente ter-se-á de FECHAR TODO O PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU à penetração humana. E aí, evidencia-se apenas a inconseqüência do procedimento judiciário que visou apenas subverter a paz das populações que precisam escoar pelo trecho interditado, as riquezas nacionais distribuídas pelo bem comum.

d) - Uma vez permitido um canteiro de obras para lazer dentro do Parque Nacional do Iguaçu, da Cidade de Foz do Iguaçu às Cataratas do Rio Iguaçu, não se pode negar precedente autorizador do canteiro de obra viária estritamente dentro do leito rodoviário, já existente há mais de trinta anos, no trecho interditado. Porque, ou a Justiça FECHA O PARQUE, ou, não terá suporte científico para amparar a decisão argumentada.

2. - A impaciência do povo prejudicado pela interdição da Estrada do Colono, está atingindo níveis de preocupação, vez que as autoridades locais estão tendo dificuldades para conter as diversas manifestações de confronto que movimentam aquelas populações. Pois, são incalculáveis os prejuízos que tal medida vem ocasionando a todos e aos interesses econômicos e de integração do País.

3. - É pois, questão que extrapola, pela sua natureza política, pela sua conjuntura humana, pela sua importância no contexto da segurança nacional, do âmbito da ação judicial, para a SOLUÇÃO POLÍTICA, de competência exclusiva do Governo da República.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria dos Transportes, solicitando que seja construída uma ponte de concreto sobre o Rio Barra Bandeira com o Rio Piquiri, Distrito de Paiquerê, passando pelos Distritos de Guaranizinho e Bana-na, no município de Laranjeiras do Sul.

Sala das Sessões, em 21/10/86.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, para que solicite junto a SANEPAR, a verificação no sistema de água e esgoto dos Con-

juntos Residenciais Barigui I e II e Nova Barigui, próximos à Vila Nossa Senhora da Luz e Cidade Industrial de Curitiba.

Sala das Sessões, em 21/10/86.

(a) IVAN GUBERT.

#### JUSTIFICATIVA:

O sistema de água e esgoto daquela localidade, está precariamente instalado e segundo os moradores, quando ocorrem fortes chuvas, há um problema de enchente nas valetas, pois, as mesmas estão em inadequação com o insuficiente manilhamento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, reivindicando junto à Polícia Militar, a instalação de um módulo policial para atendimento aos Conjuntos Residenciais Barigui I e II e Nova Barigui.

Sala das Sessões, em 21/10/86.

(a) IVAN GUBERT.

#### JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação, faz-se necessária devido à locomoção dos moradores que residem nos mencionados conjuntos e são funcionários de empresas localizadas na CIC, sendo que muitos deles trabalham no turno da noite, e ainda, dos jovens que transitam também à noite, em trechos cuja iluminação é precária, pois, estudam em colégios próximos da Vila Nossa Senhora da Luz e Conjunto Oswaldo Cruz I.

Acredito então, ser indispensável a instalação do módulo policial, uma vez que o mesmo proporcionará segurança à população daquela região.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, solicitando a liberação de livros didáticos, literatura e bibliografias, para a Escola Estadual Getúlio Vargas, ensino de 1.º grau em Iracema - Formosa do Oeste.

A mencionada Escola recebeu da FUNDEPAR as estantes e mesas para leitura, e não tem condições financeiras para aquisição dos livros, dificultando assim, a consecução dos objetivos da mesma.

Sala das Sessões, em 21/10/86.

(a) IVAN GUBERT.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando para que, através da FUNDEPAR, se proceda uma ampliação, com a construção de mais duas (02) salas, na Escola Estadual D. Pedro I - Ensino de 1.º Grau, localizada no Distrito de LIDIANÓPOLIS, município de Jardim Alegre.

Das duas (02) salas, uma será destinada a servir como sala de aula e, a outra, se destinará para a instalação de uma biblioteca.

Sala das Sessões, em 21/10/86.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de telex ao Excelentíssimo Senhor, Deputado Dante de Oliveira, DD. Ministro da Reforma Agrária, solicitando urgentes providências com vista a solucionar a situação das famílias sem-terra da fazenda Padroeira, no Município de Matelândia-PR.

Sala das Sessões, em 21/10/86.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

#### JUSTIFICATIVA:

O desespero diante da morosidade com que se realiza o assentamento das famílias dos sem-terra no Paraná, impeliu centenas delas a ocuparem área da Fazenda Padroeira.

O conflito já existente, anteriormente, agudizou-se, e a possibilidade de despejo judicial intranquiliza a todos nós, pois, teme-se por graves incidentes.

A desapropriação da área deve ser o caminho para retornar à normalidade e dar cumprimento ao Plano Regional de Reforma Agrária.

#### Projéto de Lei:

PROJETO DE LEI N. 253/86

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná.

#### DECRETA:

Art.1.º - Fica computado cumulativamente em folha de serviço do Servidor Público Estadual, o tempo de serviço prestado no recadastramento eleitoral.

Parágrafo Único - A comprovação do tempo de serviço de que trata o presente artigo, será efetuada através de Certidão Judiciária.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21/10/86.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

**JUSTIFICATIVA:**

É nossa intenção ao apresentar o presente plano de lei, reconhecer o trabalho efetuado pelos funcionários que, sem ônus algum para o Estado, se submetem a um serviço completamente diferente àqueles prestados em sua repartição de origem.

Com esta proposição, estamos procurando fazer justiça, pois achamos ser o mínimo que se poderia fazer em prol dos funcionários que trabalham mais de 60 (sessenta) dias fora de suas funções sem receber extra.

**PROJETO DE LEI N. 254/86**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art.1.º - O inciso III, do artigo 15, da Lei n.4.338, de 25 de janeiro de 1961, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.15 - .....

I - Com o Município de Campo Largo ...

II - Com o Município de Araucária...

III - Com o Município da Lapa: "Começa no Rio Iguaçu, na foz do Rio Turvo, ou Espigão, ou da Ruchinska, subindo por este até a foz do Arroio Campestre ou Macaquinho, pelo qual sobre até sua nascente, de onde, por uma linha seca Leste-Oeste, de 3.000 metros, atinge o Rio Vaca Gorda, e por este abaixo até sua foz no Rio Corisco, pelo qual desce até sua foz no Rio Iguaçu, descendo por este até a foz do Rio Turvo, ou Espigão, ou da Ruchinska; ponto de partida".

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21/10/86.

(a) ACIR MEZZADRI.

**JUSTIFICATIVA:**

O presente plano de lei justifica e encontra respaldo no fato de que a área territorial que se pretende anexar ao município de Balsa Nova é contígua a sua sede, distando em seu limite extremo, no máximo sete quilômetros, ao passo que da sede do município da Lapa, ao qual pertence atualmente, dista em torno de vinte e cinco quilômetros.

Em decorrência da localização territorial, os habitantes da área em epígrafe servem-se de todos os equipamentos de que necessitam, em Balsa Nova, ou seja, estabelecimentos educacionais, sociais, de saúde, religiosos, comerciais, etc. Servem-se também, desta localidade como ponto de escoamento de sua produção, apesar de estarem subordinados administrativamente à jurisdição da Lapa.

Pelas razões explicitadas, depreende-se da necessidade da anexação da área descrita ao município de Balsa Nova, através do

qual, sua produção poderá ser atendida com maior eficiência em suas necessidades.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) As atas são lidas e aprovadas. Está finda a leitura do expediente e não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

No horário destinado ao Partido Comunista Brasileiro, concedo a palavra ao Senhor Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

É inegável que a situação vivida hoje no campo paranaense, agravou-se nas últimas semanas. A invasão da Fazenda Padroeira, no Município de Matelândia por centenas de famílias, não se constitui num fato isolado. A morosidade com que o plano nacional e o regional da reforma agrária vem sendo executado, traz uma situação angustiante para as famílias, não só para as famílias acampadas, mas para o conjunto dos trabalhadores rurais sem terra, que hoje no Paraná, após meses de esperança, de entendimento, de diálogo, acabam não vendo outra alternativa que não a de buscar acelerar as medidas necessárias tomando decisões como essa ocorrida na Fazenda Padroeira.

Ontem, pela manhã e à tarde, uma comissão de deputados estaduais procurou, junto ao Governo do Estado, várias Secretarias relacionadas ao assunto, junto à área judiciária, sensibilizá-los, com vistas a abrir um canal de entendimento para que se retome à normalidade e se dê uma solução, não só especificamente dessas famílias da Fazenda Padroeira, mas no conjunto das famílias que no Estado todo, não só no Sudoeste, mas mesmo no Norte do Paraná vivem essa situação.

As propostas que o "Movimento dos Sem-Terra" apresentou a Comissão e que foram transmitidas ao Governo, dizem respeito às medidas voltadas à desapropriação da Fazenda Padroeira. Na urgência, também da emissão de posse das áreas já desapropriadas pelos recentes decretos do Governo Federal, mas que ainda não puderam ser ocupadas por essa tramitação morosa.

Um terceiro ponto apresentado foi no que diz respeito ao impedimento com que a força policial naquele município, naquela área, faz a circulação de pessoas e ao próprio transporte de alimentos às famílias com grande número de crianças e mulheres, vem agravando a sua situação.

Também, uma urgência na definição, talvez na vinda do próprio Presidente do INCRA ao Paraná buscando solucionar essa situação foi transmitida aos órgãos de Governo.

Na nossa avaliação há uma situação não definida por parte de vários órgãos estaduais e federais, no específico da Fazenda Padroeira. É a contradição entre laudos que apontam a área como sendo cultivada com outros documentos que registram como área improdutiva.

Eu tenho certeza que o impasse não pode, não tem condições de ser resolvido unicamente por via do "Movimento dos Sem-Terra" e as várias entidades que são solidárias e apoiam essa luta, e o Governo do Estado ou o Governo Federal.

A Assembléia Legislativa do Paraná, deve, na minha opinião, se manifestar, buscando cumprir o seu papel, de tratar uma questão social grave, com seus instrumentos.

É neste sentido, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que eu estou submetendo à apreciação e à votação dos Senhores Deputados, esperando contar com o apoio, de um requerimento dirigido ao Senhor Ministro da Reforma Agrária, solicitando urgentes providências, com vistas a solucionar a situação. O Ministério da Reforma Agrária nos parece ser o organismo competente para, junto com o Governo do Estado, resolver este impasse que é urgente.

Imaginem os Senhores na possibilidade de, por decisão judicial, ocorrer no Estado, o despejo de oitocentas famílias que não concordam com a sua retirada; famílias que, há meses, aguardam, buscam um entendimento, com vistas a resolver o seu impasse; famílias cadastradas, com áreas já desapropriadas, com as condições todas de serem ocupadas. Penso que, da parte dos Deputados Estaduais deste Poder, cabe buscar, além dessa Comissão supra-partidária criada ontem, que continua tentando abrir canais de negociações, continua tentando evitar que se instale uma situação aguda, de crise, como se configuraria, caso houvesse uma decisão judicial de despejo.

Lamentavelmente, esta situação aconteceu às vésperas da reunião anunciada pela imprensa, na semana passada que, amanhã se realiza em Curitiba, da União Democrática Ruralista - UDR -. Lamentavelmente também esta reunião deve acontecer num quadro em que se agravam as tensões sociais e que, sob o nosso protesto, através da entidade que, inclusive tira a legitimidade das suas entidades tradicionais, sociedades rurais e sindicatos patronais, mas que, evidentemente, não pode, não contribui com a sua opção de defesa do latifúndio, para a solução do quadro social paranaense.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, era esta a nossa intenção de submeter e solicitar a aprovação de todos os requerimentos, que busca solucionar o impasse.

Muito obrigado. Sem revisão do orador.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Consulto a Liderança do PDS se fará uso do seu tempo. (Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PTB. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDT. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB. (Declina).

Finalmente, havendo declinado, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à  
ORDEM DO DIA,

Com a presença de 57 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, requero uma informação sobre a Mensagem do Governador, reajustando os vencimentos dos professores. Qual é a situação sobre a Mensagem do Governador?

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Até o momento, a Assembléia desconhece, e aguarda ansiosamente como Vossa Excelência.

Projeto do Deputado Erondy Silvério, que computa, cumulativamente, o tempo de serviço prestado à Justiça Eleitoral, conforme especifica. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.86/86, de autoria do Deputado Antônio Martins Annibelli, que isenta da contribuição do IPE os servidores inativos filiados ao Instituto. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Filomena Monaro Zanusso, ocorrido no dia 14 de outubro do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando vo-



to de pesar pelo falecimento do Senhor José de Paula, ocorrido no dia 9 de outubro do corrente ano, no município de Cândido de Abreu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Nivaldo Barão, ocorrido nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ângelo Spricigo, ocorrido no município de Marumbi. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando dispensa de Redação Final, para o Projeto de Lei n.86/86, que isenta da contribuição do IPE os servidores inativos filiados ao Instituto. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, para que a mesma determine à FUNDEPAR, a construção de mais duas salas na Escola Estadual D. Pedro I, Ensino de 1. Grau, no Distrito de Lidianópolis, município de Jardim Alegre. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a liberação de livros didáticos, de literatura e bibliografia, para a Escola Estadual Getúlio Vargas - Ensino de 1. Grau, em Iracema, no município de Formosa do Oeste. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, para que o mesmo determine à Polícia Militar, a instalação de um módulo policial, para atendimento dos Conjuntos Residenciais Barigui I e II e Nova Barigui, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretários do Interior, para que o mesmo determine à SANE-PAR, a verificação do sistema de água e esgoto dos Conjuntos Residenciais Barigui I e II e Nova Barigui, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma ponte de concreto sobre o Rio Barra Bandeira com o Rio Piquiri, no Distrito de Paique-rê, passando pelos Distritos de Guaranizinho e Banana, no município de Laranjeiras do Sul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados José Antônio Fonseca e Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Senhores Ministros dos Transportes, da Agricultura, do Interior e do Desenvolvimento Urbano, bem como ao Senhor Presidente da República, encarecendo a reabertura imediata do trecho da Estrada do Colono, que passa por dentro do Parque Nacional Iguaçu, atualmente interditada por determinação da Justiça. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Ordem Rosacruz AMORC, pela realização da sua XI Convenção Nacional, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Senhor Ministro da Reforma Agrária, encarecendo providências para solucionar a situação das famílias sem terras da Fazenda Padroeira, no município de Matelândia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 22, às 10:00 horas com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.160/86 e dos Projetos de Resolução n. 181/84 62/86, 63/86 e 64/86.

Levanta-se a sessão.